

BRASCRERAS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF nº 04.535.453/0001-73

Balanco patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Circulante	28.726	19.638	Circulante	16.558	16.345
Disponibilidades	4.283	1.294	Fornecedores	1.387	978
Contas a receber de clientes	12.637	12.016	Obrigações financeiras	14.585	14.094
Impostos a recuperar	1.517	612	Impostos a recolher	225	832
Estoques	10.211	5.625	Salários e encargos a pagar	305	308
Despesas antecipadas	66	65	Adiantamento de clientes	52	8
Outros créditos	12	26	Contas a pagar	4	125
Não circulante	14.622	15.969	Não circulante	14.063	11.533
Realizável a longo prazo			Partes relacionadas	14.063	11.533
Partes relacionadas	4.406	5.076	Patrimônio líquido	12.727	7.729
Impostos diferidos	135	-	Capital social	5.000	5.000
Depósitos judiciais	4	3	Reserva de Capital	5.776	-
Imobilizado	10.070	10.881	Reserva de lucros	1.951	2.729
Intangível	7	9	Total do passivo e patrimônio líquido	43.348	35.607
Total do ativo	43.348	35.607			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.000	-	1.000	5.393	11.393
Resultado do exercício	-	-	-	1.336	1.336
Dividendos distribuídos	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Reserva Legal	-	-	152	(152)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.000	-	1.152	1.577	7.729
Resultado do exercício	-	-	-	5.004	5.004
Reserva de capital	-	-	5.776	(5.776)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.000	-	5.776	799	12.727

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Brasceras é uma sociedade com sede na Rua Rodolpho Hatschbach, 30, no Bairro CIC, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia tem como objeto social: • Comércio de parafinas; • Entabulamento de parafinas • Comércio de produtos químicos em geral; • Fabricação de produtos químicos próprios; • Fabricação e comercialização de emulsão de parafina; • Importação e exportação; • Transporte rodoviário de cargas, em veículos próprios ou de terceiros. **Aprovação das demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia aprovou a conclusão das demonstrações financeiras em 28/02/2019 considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** – As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronouncements, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronouncements Contábeis – CPC. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2018. **3. Resumo das práticas contábeis** – **3.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** (a) Moeda Funcional e de apresentação: A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. (b) Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. **3.2. Ativos financeiros:** (a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. (b) Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são classificadas na seguinte categoria: títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda. Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado. As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras. As aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis. (c) Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valores de custo histórico, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. (d) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. (e) Estoques: Os estoques são avaliados com base no menor valor entre

o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável. **3.3. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação e construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. **3.4. Provisão para valor recuperável dos ativos:** Na data de cada uma das Demonstrações Financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada no final de cada exercício, sendo que o teste é antecipado se ocorrerem indicativos de deterioração. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. **3.5. Outros ativos intangíveis:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por licenças de uso de software e Marcas e Patentes. **3.6. Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita. **3.8. Outros ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.9. Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos da Companhia são atualizados pelos encargos contratados. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **3.10. Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	2018	2017
Receita operacional líquida	78.157	65.847
(-) Custo dos produtos e serviços	(64.845)	(52.268)
Lucro bruto	13.312	13.579
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais	(5.223)	(4.138)
Despesas administrativas	(4.070)	(5.223)
Despesas tributárias	(53)	(78)
Outras receitas (despesas) operacionais	5.838	(115)
Receitas (despesas) financeiras		
Receitas financeiras	4.652	1.706
Despesas financeiras	(8.941)	(3.643)
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	5.515	2.088
Imposto de renda corrente	(646)	(752)
Imposto de renda diferido	135	-
Lucro líquido do exercício	5.004	1.336
Lucro (prejuízo) por ação (R\$)	1,00	0,27

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	2018	2017
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	5.004	1.336
Total resultado abrangente do período	5.004	1.336

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	2018	2017
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais	5.004	1.336
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.002	1.002
Impostos diferidos	(135)	-
Ajustes de exercícios anteriores	(6)	-
Redução (aumento) nos ativos e passivos	5.865	2.338

Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		
	2018	2017
Contas a receber de clientes	(621)	(2.630)
Impostos e contrib. a compensar	(905)	348
Estoques	(4.586)	3.652
Outros ativos	12	14
Fornecedores	409	(1.721)
Impostos a recolher	(607)	654
Salários e encargos a pagar	(3)	(126)
Outros passivos	(77)	(417)
Partes relacionadas	3.200	3.057
	(3.178)	2.831
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	2.687	5.169
Fluxo de caixa atualizado nas atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(189)	(2.247)
Aquisição de ativo intangível	-	1
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(189)	(2.246)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Ingressos e pagamentos de empréstimos e financiamentos	491	(2.090)
Dividendos pagos	-	(5.000)
Resultado líquido proveniente das atividades de financiamento	491	(2.910)
Aumento (Redução) dos fluxos de caixa do exercício	2.989	13
Caixa e equivalente de caixa		
Saldo no início do exercício	1.294	1.281
Saldo no final do exercício	4.283	1.294
Aumento (Redução) no caixa equivalentes no exercício	2.989	13

data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, civis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábu de mortalidade e expectativa de aumento dos salários, e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. **3.11. Reconhecimento de receitas de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. **3.12. Contratos de arrendamento (leasing):** Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiro quando os termos do leasing transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. Todos os demais são classificados como leasing operacional. Pagamentos feitos em um contrato de leasing operacional são registrados no resultado em uma base linear durante o período do leasing. **3.13. Demonstração dos fluxos de caixa:** Preparada pelo método indireto, está apresentada de acordo com o CPC 03. **3.14. Demonstração dos resultados abrangentes:** Preparada de acordo com as normas e procedimentos previstos no CPC 26. **3.15. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 01/01/2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. (i) IFRS 16 – “Operações de arrendamento mercantil”: A norma requer que os arrendatários reconheçam passivos de arrendamento relacionados a pagamentos futuros e o ativo de direito de uso para os contratos de arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos.

A Diretoria: Andreia Zebellini – Contadora CRC 1SP 159.233/0-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AGRARE EMPREENDIMOTOS ADMINISTRATIVOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 01.240.580/0001-57

Convocamos os Senhores Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na Rua da Bandeira, 500, Cabral, Curitiba, no dia 24 de abril de 2019 em primeira convocação às 16:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Apreciação das Contas da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e os principais fatos administrativos, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018;
- Retificação do quórum registrado na Ata nº 001/2018 da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018 e publicações do artigo 124 da lei 6.404/76;
- Ratificação do quórum legal da Ata nº 001/2018 de acionistas presentes que possuem ações com direito a voto representando mais de 25% do Capital Social da AGRARE;
- Aporte de Capital;
- Assuntos Gerais.

Curitiba, 27 de março de 2019.

Hans Henning Günther

Presidente do Conselho de Administração



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE SIQUEIRA CAMPOS

VARA CÍVEL DE SIQUEIRA CAMPOS - PROJUDI

Rua Rio Grande do Norte, 1932 - Vila Santa Izabel - Siqueira Campos/PR - CEP: 84.940-000 - Fone: (43) 3571-1291

Autos nº. 0001046-14.2014.8.16.0163

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Edital de Citação de interessados, ausentes, incertos e não sabidos, nos autos nº 1046-4.2014.8.16.0163 de AÇÃO DE USUCAPIÃO movida por VALMIRENS CARVALHO DE SOUZA E ENI ANTONIA DE SOUZA, com relação ao seguinte imóvel: "Um está localizado na rua Dom Fernando Tadey, nº 254 - no Distrito do Marimbondo (Alemao) - no município de Siqueira Campos-PR, com as seguintes características confrontações: frente com a Rua D. Fernando Tadey, na extensão de 23,00 metros; pela Direita com Antonio Vitorio de Freitas Júnior e Juliana Celestino Ribeiro, na extensão de 40,00 metros; pela esquerda com Aliceia Teodoro Miranda, na extensão de 40,00 metros; e, aos fundos com Joarez Fontinati, na extensão de 23,00 metros, com área total de 920,00m²"; para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia seguinte ao da publicação do segundo edital e na forma do art. 335 c/c art. 219, ambos do CPC, para apresentarem resposta aos termos iniciais. Consigne-se ainda, no que se refere a especificação de provas, a necessidade de observância da norma contida no art. 336, parte final, do CPC, sob pena de preclusão. Eu, (JOSIANE GOMES NOGUEIRA), Escrevente juramentada do Cível que o digitei, conferi e subscrevi.-

Siqueira Campos, 22 de janeiro de 2018.

Viviane Cristina Dietrich

Juíza de Direito

NOVA SEDE

Em breve, o Conselho Tutelar de Campo Largo terá nova sede. Foi assinado, na semana passada, um convênio do município com o Governo do Estado para a construção do espaço próprio da instituição. Pelo convênio, o município doa o terreno e o Estado custeia a obra. O investimento na estrutura será de cerca de R\$ 700 mil com recursos do Fundo para Infância e Adolescência.

AMPLIAÇÃO

A partir deste mês de abril, o Programa Sacolão Verde de São José dos Pinhais vai atender em novos bairros. A pedidos da comunidade e de associações, a troca de materiais recicláveis por frutas e verduras também será realizada nos bairros Cachoeira, Ouro Fino, Jardim Modelo e Campo Largo da Roseira. A ampliação do Programa Sacolão Verde nessas regiões distantes do centro foi determinada por meio de um estudo de georreferenciamento. Todos podem participar do programa. São 15 kg de material reciclável trocados por uma sacola de frutas e verduras da época, sendo limitada 2 sacolas por participante. Todo o material recolhido é cedido para cooperativas cadastradas no município. O cronograma dos dias e horários do programa estão disponíveis no site da prefeitura do município: www.sjp.pr.gov.br.

PAVIMENTAÇÃO

Também em São José dos Pinhais, terminaram as obras de pavimentação no Jardim Itatiaia, na região do Grande Guatupê, que ainda recebeu melhoria no sistema de captação de águas pluviais para evitar transtornos de alagamento nos domicílios. Além do Jardim Itatiaia, o Jardim São Paulo que também fica no Guatupê, será contemplado com obras em quatro vias públicas, que já estão recebendo o serviço de drenagem e manutenção em toda a rede de captação de águas pluviais.